
gradual processo de reunificação ao intentar reunir Macau, Hong Kong e Formosa, afora a reivindicação posta de absorver as ilhas Spratlys, “(...) também reclamadas pela Malásia, Brunei, Vietnã e Filipinas” (p. 105).

Sem descuidar da influência das forças transnacionais, o autor enfoca, dentre elas, a mais candente para a primeira potência, a partir do atentado de 2001: o terrorismo, que mesmo confrontado com a alta tecnologia ainda acontece. Conforme argumenta Procópio:

Com ou sem o poderio de vigilância do unilateralismo, a porosidade das fronteiras nacionais sempre foi fato. Também não transparece ser de agora que o hedonismo pagão humilha povos com baixo poder aquisitivo. A violência e as imoralidades ensinadas pela mídia controladora da cultura dominante fortalecem as redes sustentadoras do terror (...). As debilidades estruturais fomentadas pela corrupção doméstica e pela injustiça externa prestam-se como argumentos a favor de insurreições. São reforçadas como nunca pelas disparidades do sistema internacional. (p. 132)

Desse modo, a luta não seria de civilizações, mas de classes, dado que o procedimento adotado pelas grandes potências não seria uniforme, variando de país a país, caso a caso. Quantas ditaduras, mesmo as extremamente corruptas, fundamentalistas de todos os credos e violadoras contumazes dos direitos humanos, foram e são toleradas!

Por fim, Procópio, cujo tino para evidenciar temas complexos e pouco explorados nas relações internacionais já foi sagazmente vivenciado nas áreas de meio ambiente e narcotráfico, propicia instigante painel que possibilita o contrabalanço entre o campo teórico – unilateralidade – e o prático – a ascensão chinesa e o estudo sobre as vertentes terroristas–, a partir, ressalte-se, de uma ótica brasileira, que enriquece, sem dúvida, escassa bibliografia disponível no vernáculo.

Virgílio Caixeta Arraes

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 443 p. ISBN: 85-7025-667-1.

Premiada como melhor Tese de Doutorado em 2000 pelo Departamento de Ciência Política da USP, a obra de Pecequilo torna-se leitura obrigatória para quem estuda não só a política externa dos Estados Unidos, mas as Relações Internacionais de maneira geral. Trata-se de um trabalho brasileiro sem precedentes sobre o tema e, justamente por ser uma obra nacional, esquivava-se das

tradicionais análises norte-americanas e européias, contribuindo para uma visão mais neutra do tema em questão.

A idéia inicial da autora era trabalhar exclusivamente o período de 1989 a 1998, buscando traçar continuidades e rupturas na política externa dos Estados Unidos a partir do fim da Guerra Fria. Uma vez iniciada a pesquisa, contudo, percebeu que era necessário recuar no tempo, a fim de conferir maior precisão à própria idéia de continuidades e rupturas. Foi na formação nacional dos Estados Unidos que a autora encontrou os fundamentos que iriam guiar a política externa norte-americana até os períodos mais recentes. Ela lida com dois momentos distintos: o primeiro, de 1776 a 1945, “quando os Estados Unidos eram um país normal no sistema, consolidando seu poder doméstico e depois se projetando internacionalmente”, e o segundo, de 1947 a 1999, momento contemporâneo, “marcado pela ascensão e disseminação da hegemonia” (p. 18).

O livro está estruturado em três partes. A primeira trata do primeiro momento acima delimitado (1776-1945). A segunda e a terceira dividem o segundo momento e correspondem respectivamente aos anos da Guerra Fria (1947-1989) e ao pós-Guerra Fria (1989 até 1999). Cada momento é respectivamente subdividido em momentos mais curtos.

Assim, o primeiro momento é subdividido em dois. O primeiro, corresponde aos anos de 1776, independência dos Estados Unidos, a 1898. Nessa fase, a grande preocupação foi com a construção da nação, o desenvolvimento interno e a expansão. A política externa era aqui utilizada como instrumento para a consolidação da ordem interna e da liberdade do país. Desde seu nascimento, havia uma consciência da unicidade do país, que surgia como contraponto às inclinações colonialistas européias e assumindo princípios de política contrastantes com os do velho mundo. Pautando-se sempre pela liberdade de ação, o país busca exclusivamente seus interesses próprios.

O segundo submomento (1898 a 1945) é marcado pela transformação da política externa, não mais como mero instrumento de política interna, mas como sustentáculo da ascensão de poder norte-americano no mundo. Em outras palavras, a partir daí, haverá um engajamento maior no sistema internacional, visando almejar um determinado status. Após a crise econômica decorrente do excesso de produção, os Estados Unidos percebem a necessidade de voltar-se para fora, em busca de novos mercados e dão início à chamada política das portas abertas. Ao mesmo tempo, há o reconhecimento do papel especial dos Estados Unidos no mundo e dos interesses de poder na atuação internacional. Isso é refletido em Wilson e na idéia de “missão”, de exportar a democracia mundo afora e, posteriormente, de maneira mais afirmativa, em Roosevelt e na própria entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, decorrente claramente de interesses de poder (o declínio do poder britânico e a ascensão da Alemanha, e o

medo de que um sistema político totalmente diferente viesse a dominar o cenário internacional).

O segundo momento (parte segunda do livro), compreende todo o período da Guerra Fria. O que caracteriza esse momento, em contraste com o anterior, é a posição reconhecida dos Estados Unidos de superpotência. Os novos pilares de condução da política externa serão a construção da ordem e a contenção. A Guerra Fria vai ser subdividida em quatro fases: a confrontação (1947-1962), a coexistência pacífica (1962-1969), a *Détente* (1969-1979) e o renascimento e fim da contenção (1979-1989), classificações a partir do contexto bipolar e do grau de conflito com a União Soviética.

Aqui, a autora traz destaque para o espaço latino-americano e a política externa dos Estados Unidos para a região. Ela destaca o abandono da América Latina nesse momento em função do engajamento internacionalista dos Estados Unidos. Com exceção de Cuba, a América Latina não representava grande ameaça de tomada pelo comunismo.

Uma vez finda a Guerra Fria, a grande discussão gira em torno da pergunta se houve grandes rupturas na política externa dos Estados Unidos. Três fatores de mudança são considerados na formulação de uma nova política externa estadunidense: a distribuição de poder, o relacionamento entre os países e os fluxos sistêmicos. Pecequillo traz várias discussões teóricas, retomando Huntigton e Fukuyama, a ascensão e o declínio dos Estados Unidos como hegemonia e o debate interno entre isolacionistas e internacionalistas. Novamente divide o momento em dois. Entre 1989 e 1993, a autora reconhece o predomínio das visões declinistas que pregavam a revisão da política externa com vistas ao estabelecimento de um sistema multipolar. A partir do governo Clinton, em 1993, contudo, gradualmente há a retomada da posição de liderança, acompanhada pela idéia de que os Estados Unidos não podem ter uma participação minimalista no sistema internacional. A estratégia será de engajamento e expansão.

No caso da América Latina, há o fim do abandono e o início de políticas de aproximação e intensificação do multilateralismo, a destacar-se a formação de blocos (Nafta, Alca).

O último capítulo mais assemelha-se a um adendo e traz algumas considerações sobre o pós-11 de setembro. A autora reconhece que estamos muito perto dos acontecimentos para analisá-los apropriadamente, mas que nada permite concluir que houve alguma mudança drástica na política externa dos Estados Unidos. De fato, e essa é a conclusão apresentada, não obstante as mudanças no contexto histórico, constata-se um alto grau de continuidade nas estratégias perseguidas pelos Estados Unidos em sua política externa, que é caracterizada “por um acúmulo de tradições de comportamento internacional, nascidas no século XVIII, que são adaptadas e readequadas aos desafios concretos a serem enfrentados pelo país” (p. 381).

O livro é de grande valia para a compreensão dos mais recentes acontecimentos internacionais. De fato, uma vez compreendida a origem e a tradição da política externa dos Estados Unidos, fica muito mais fácil avaliar seu comportamento no cenário internacional e, conseqüentemente, entender as configurações atuais das relações internacionais. Interessante, além disso, é comparar os Estados Unidos com a Europa, e entender a base das diferenças dos comportamentos políticos entre ambos a partir da própria construção do Estado nacional em cada caso.

Pecequilo realiza um trabalho diferenciado, inovador e de fácil compreensão. A leitura lembra uma narrativa histórica e se complementa com questões teóricas balanceadamente espalhadas pelo texto. Em cada capítulo a autora retoma os principais pontos discutidos no capítulo anterior, o que ajuda a manter a continuidade do argumento, que é concluído de maneira resumida na conclusão. Sem dúvidas, uma obra que deixa claro porque foi premiada enquanto tese.

Roberta Holanda Maschietto